FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PAPEL DO PROFESSOR-MEDIADOR

Danilo Trombetta Neves

Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação, Presidente Prudente – SP. Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Professor de Pós-graduação em Direito, Presidente Prudente – SP. Procurador Federal, Presidente Prudente - SP. E-mail: danilotn@hotmail.com

RESUMO

Pensar na qualidade da educação em pleno século XXI implica pensar também na formação dos professores considerando o novo cenário cultural desenhado pelos meios de comunicação, capazes de concorrer, se não com a formação, mas com a ampla transmissão de informação. Dentro desta perspectiva de proliferação dos meios capazes de propagar conhecimento, com destaque para a rede mundial de computadores, novas oportunidades de aprendizado são vivenciadas. A presença deste panorama conclama o professor a desempenhar, dentro da busca por formação, um papel de mediador do fluxo de informações e de novas posturas. Na pauta de formação destes profissionais insere-se um novo modelo de trabalho. A sociedade mudou, o processo de conhecimento está mudando. Os professores necessitam mudar.

Palavras-chave: Formação. Qualidade. Informação. Aprendizagem. Mediação.

TEACHER TRAINING: THE ROLE OF TEACHER-AGENT

ABSTRACT

Think of the quality of education in the XXI century also means thinking in teacher training considering the new cultural setting designed by the media, able to compete, if not with the formation, but with comprehensive information transmission. Within this perspective of proliferation of the means capable of spreading knowledge, especially the World Wide Web, new opportunities for learning are experienced. The presence of this panorama urges the teacher to play in the pursuit of education, the role of facilitators of information flow and new postures. On the agenda of these professionals a new working model belongs. Society has changed, the process of knowledge is changing. Teachers need to change.

Keywords: Training. Quality. Information. Learning. Mediation.

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil presenciou o processo de democratização do ensino, entendido como o acesso de ampla maioria da população jovem, e também daqueles que não tiveram oportunidade na idade adequada, aos estabelecimentos de ensino público.

Do mesmo modo, o período do ensino obrigatório foi ampliado, assim como houve um aumento da permanência dos alunos nos bancos escolares.

Contudo, para alguns especialistas, esta revolução social e educacional não veio acompanhada da devida estrutura para proporcionar aos seus beneficiários um padrão de qualidade, apontado pela Constituição Federal de 1988 e legislação educacional correlata.

Destoando do posicionamento acima mencionado, Celso de Rui Beisiegel (2006, p. 121) entende que isso significou uma indiscutível “melhoria qualitativa do ensino. Por que não se pode pensar qualidade de ensino no país em termos que não sejam quantitativos? O ensino ganhou qualidade, uma vez que se abriu tendencialmente à totalidade da população”.

Nessa linha de raciocínio o problema não se encontra na expansão do acesso, mas na forma como esta expansão tem sido conduzida, pois do contrário induziria um retrocesso à escola seletiva e restrita, contrariando a essência da proposta democrática.

Por isso, o desafio do processo de democratização da escola é apresentar melhorias constantes na busca de um padrão mínimo de qualidade.

Do mesmo modo, o processo democrático e os avanços tecnológicos fizeram raiar um novo panorama no âmbito educacional. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi (2004, p. 122) aponta três aspectos essenciais do fenômeno educativo contemporâneo:

1. a escola vive uma profunda crise; 2. a escola continua sendo absolutamente necessária, talvez mais que nunca, na sociedade do conhecimento; e 3. a crise é consequência de um modelo de escola que pode ser chamado de republicano, profundamente ligado às idéias de sequência e hierarquias (social e dos saberes), que já não corresponde aos anseios dos alunos, nem às necessidades postas socialmente.

Outrossim, paralelamente ao acesso e expansão do ensino obrigatório, o Brasil também experimentou um avanço singular em outra área de impacto na educação consistente no avanço tecnológico. Este avanço tecnológico, principalmente por meio da informática e meios de comunicação relacionados, apresenta um novo cenário do alunato e da transmissão do conhecimento.

A escola, notadamente na pessoa do professor, era a principal fonte de formação e informação para a construção do aprendizado e da cultura.

Deste modo, pensar na qualidade da educação em pleno século XXI implica pensar também na formação dos professores considerando o novo cenário cultural desenhado pelos meios de comunicação, capazes de concorrer, se não com a formação, mas com a ampla transmissão de informação.

Dentro desta perspectiva de proliferação dos meios capazes de propagar a informação, com destaque para a rede mundial de computadores, cada vez mais acessada por boa parte da população brasileira, novas oportunidades de aprendizado são vivenciadas, propiciando um novo panorama cultural ou informativo de relevo para o professor.

A presença deste panorama diferenciado conclama o professor a desempenhar, dentro da busca por formação, um papel de mediador do fluxo de informações ou do conhecimento propriamente dito.

Por este modo, o objetivo do presente artigo é refletir sobre a formação de professores que experimentam neste século a presença de um exacerbado fluxo de informações, tendo que desempenhar o papel de mediador, no sentido de contribuir para a concatenação de conteúdos e posturas, dentro e fora da escola.

Para cumprir com os objetivos propostos, o presente trabalho seguirá o método histórico-crítico, com emprego de pesquisa documental e bibliográfica.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A função da escola sintetiza-se na formação do cidadão em sua dupla dimensão: individual e social. Na concepção do catedrático Vitor Henrique Paro “a primeira dimensão exige a assunção do homem como sujeito (autor, portador autônomo de vontade), a segunda assume a necessidade de convivência livre (entendida a liberdade como construção histórica) entre os sujeitos individuais e coletivos.” (2007, p. 33/34).

Esta formulação ancora-se no fato de que a educação é atualização histórico-cultural, supondo que os componentes de formação que ela propicia ao ser humano são algo muito mais rico e mais complexo do que simples transmissão de informações. “Como mediação para a apropriação histórica da herança cultural a que supostamente tem direito os cidadãos, o fim último da educação é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social.” (PARO, 2007, p. 21).

O segundo aspecto a ser considerado pelo autor supracitado é a necessidade de por num primeiro plano a discussão sobre o caráter ético-político. Trata-se, em resumo, de ter a educação para a democracia como componente fundamental da qualidade do ensino:

Esse aspecto será tão mais importante quanto mais menosprezado ele seja no contexto das questões educacionais. A própria população ao procurar a escola, porque guiada basicamente por seus interesses imediatos, tem em mira fins individuais. Mas, como os indivíduos não podem prescindir da vida em sociedade, não é possível conceber uma educação pública de qualidade sem levar em conta os fins sociais da escola, o que significa, em última análise, educar para a democracia, tendo presente o sentido em que estamos empregando esse termo (PARO, 2007, p. 24).

No bojo das discussões sobre um novo modelo de educação voltado para a sociedade democrática, contemporânea e globalizada, Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi (2004, p. 125) assinala:

Para uma educação escolar adequada à democracia, não se trata de melhorar ou de aumentar a qualidade da educação escolar. Trata-se de mudar de qualidade, edificar um outro modelo baseado na produção de conhecimento. Nesse modelo, mais importante que estabelecer um padrão nacional ou internacional é que cada grupo local estabeleça, com crescente nitidez, o conhecimento que necessita produzir, podendo tornar evidentes os conhecimentos já existentes que suportem essa produção. Somente após esse percurso, restaria buscar as formas eficientes de dominar os conhecimentos existentes.

Na esteira do raciocínio, a formação de professores constitui um dos elementos a ser pensado e debatido dentro do fenômeno educativo contemporâneo.

Com efeito, Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi e Yoshie Ussami Ferrari Leite ressaltam a importância do papel do professor na educação de qualidade. Para eles, não existe educação de qualidade sem professor de qualidade.

E, na perspectiva civil-democrática, professor de qualidade é profissional bem formado, motivado, com formação continuada baseada nos problemas da prática, realizada principalmente na própria escola, que participa ativamente do projeto político-pedagógico, que pensa a sua prática. (1995, p. 320).

Bem assim, a proposta aqui traçada almeja apontar para mais uma possibilidade de ampliação, mudança ou adequação na formação e no papel do professor para atender ao proclames atuais, enfatizando a mediação (interlocução) como relevante ferramenta para a sociedade do conhecimento.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A MEDIAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Muito embora o tema mediação (interlocução) não tenha ainda um relevo acadêmico dentro da abordagem da formação de professores, dominada pela cena do intelectual, crítico e reflexivo, este novo olhar pode ser utilizado como uma ponte para facilitar a relação com o novo alunato.

Considerando a atual fase societária da produção do conhecimento, a mediação apresenta-se como instrumento de acesso aos alunos, uma vez que reconhece seu contexto, como já apontou com maestria Paulo Freire, bem como contribui para a transformação das informações de massa em formação crítica e sólida por parte dos alunos.

Partindo desta perspectiva, a educação para a interlocução fortalecerá o avanço da qualidade da educação e da democracia, nos diversos segmentos em que semeada.

Cumprir esclarecer que a mediação está aqui conceituada como interlocução e será apresentada dentro de três dimensões em que o professor poderá atuar, razão pela qual sua formação poderia ser estimulada nesse sentido.

Mediações Políticas e Econômicas – Sistema(s) de Ensino. Considerando que se está falando da escola pública, a mediação com as políticas especificamente educacionais e as econômicas voltadas para a escola necessitam estar na pauta das discussões e formação dos professores e demais agentes da educação, como os gestores. Os insumos e os processos acima mencionados estão relacionados com esta esfera de mediação e carecem de maior participação dos profissionais da educação, incluindo e enaltecendo os professores, nos seus direcionamentos.

Mediações Comunitárias – Contexto. Neste particular, merece registro a crescente necessidade da escola e seus agentes ampliarem a inserção no contexto em que radicados. Começando pela relação com familiares ou responsáveis pelos alunos, abrangendo as formas de organização social diversas como associações de bairro e de interesses culturais, esportivos, artísticos, populares, até a aproximação com as universidades, colaborando com a função dinamizadora cultural e social que a escola pode alcançar. É necessário aprendizado e treino, ou seja, formação, àqueles que pretendem cumprir com este papel.

Mediações para o Conhecimento e a Cidadania – relação professor-aluno, aluno-aluno e professor-outros profissionais da educação. Uma vez mais utiliza-se o conhecimento dos doutrinadores Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi e Yoshie Ussami Ferrari Leite para elucidar a mediação nessa dimensão:

É necessário assegurar uma formação de professores que possibilite ao profissional docente saber lidar com o processo formativo dos alunos para além

do cognitivo, englobando a dimensão afetiva, a das diversas linguagens, da estética, da ética e dos valores universais. (2004, p. 139).

Para tanto, o processo formativo docente deverá estar vinculado a uma formação contínua que propicie o avanço a outras formas de trabalho com os alunos e que busque estimular o trabalho coletivo e interdisciplinar. Exige ainda uma formação que promova a participação ativa do professor no projeto político-pedagógico da escola, na solidariedade com os colegas e com os alunos, no compromisso com a emancipação. Neste processo cabe ainda destacar as mudanças no processo de trabalho, impulsionando o desenvolvimento da capacidade de lidar com as novas tecnologias e a capacidade de comunicação.

Portanto, considerando a formação de professores como um dos elementos contributivos para a melhoria da qualidade da educação, notadamente diante da sociedade contemporânea, destaca-se a necessidade crescente da implementação da mediação/interlocução na pauta de formação destes profissionais, pois um novo modelo de trabalho esta sendo imposto. A sociedade mudou, o processo de conhecimento está mudando. Os professores necessitam mudar.

REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, C. R.. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília, Líber Livro, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. São Paulo, Cortez, 2002.
- DI GIORGI, C. A. G. **Uma outra escola é possível: uma análise radical da inserção social e da democracia na escola do mundo globalizado**. Coleção Leituras do Brasil. Campinas/SP, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2004.
- DI GIORGI, C. A. G.; LEITE, Y. U. F.; RODRIGUES, S. A. **A questão das competências na formação profissional do professor: elementos para impulsionar o debate**. Quaestio – Revista de Estudos de Educação, Universidade de Sorocaba, v. 7, n. 2, p. 31-44, nov. 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Lei de responsabilidade educacional?** ComCiência, n. 132, Campinas, 2011. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000800009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09.10.2013.
- LEITE. Yoshie Ussami F.; DI GIORGI, Cristiano A. G. **Qualidade na e da escola pública**. Série-Estudos. Campo Grande: UCDB, 1995.

LEITE, Yoshie Ussami F.; DI GIORGI, Cristiano A. G. **Saberes docentes de um novo tipo na formação profissional do professor: alguns apontamentos**. Educação, v. 29, n. 2, p. 135-145. 2004.

LEITE, Y. U. F. *et al.* **Responsabilidades educacionais dos municípios e compromisso da universidade com a qualidade da educação: uma experiência em andamento**. In: Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XVI, v. 17, n. 18, p. 101-124, jan/dez. 2010.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo, Ática, 2007.

OLIVEIRA, R. P. de; ARAÚJO, G. C. de. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 28, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100002&lng=PT&nrm=iso. Acesso em 15.05.2012.

OLIVEIRA, R. P. **Estado e política educacional no Brasil: desafios do século XXI**. 2006. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

SINGER, P. **Poder, política e educação**. Revista Brasileira de Educação, v. 1. n. 1, jan/abr. 1996.